

## Organização Social de Saúde Santa Marcelina - RASTS São Miguel e Itaim Paulista

CNPJ/MF: 60.742.616/0015-65

Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2016 e de 2015 - Em reais

Período de 01/09/15 a 31/12/15			Período de 01/09/15 a 31/12/15			Período de 01/09/15 a 31/12/15		
Balanco Patrimonial	NE	31/12/16	Balanco Patrimonial	NE	31/12/16	Demonstração do Resultado do Exercício	NE	31/12/16
<b>Ativo / Circulante</b>		<b>34.012.825,06</b>	<b>Passivo / Circulante</b>		<b>26.042.177,52</b>			
Caixa e equivalentes	(03)	3.297.180,99	Fornecedores		146.960,87			
Contas a receber	(05)	29.228.440,81	Obrigações trabalhistas		6.927.416,41	<b>Receitas Operacionais Brutas</b>		<b>188.596.326,06</b>
Outros Créditos	(06)	1.468.112,30	Obrigações sociais	(8a)	2.076.517,17	<b>Receitas de atividades assistenciais</b>		<b>185.186.692,67</b>
Despesas Antecipadas		19.090,96	Obrigações tributárias	(8b)	1.953.166,66	Com assistência médica hospitalar	(13a)	185.186.692,67
Transferências		-	Provisões de férias e encargos		13.982.035,53	<b>Receitas financeiras, patrimoniais e extraordinárias</b>		<b>3.409.633,39</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>4.763.933,66</b>	Outras contas a pagar		496.222,61	Financeiras deduzidas das despesas	(15)	1.813.409,97
Realizável a longo prazo	(07)	4.763.933,66	Contas a pagar serviços terceiros		174.001,73	Investimentos	(13b)	1.453.082,33
<b>Total do Ativo</b>		<b>38.776.758,72</b>	Subvenções a Aplicar	(17)	70.839,59	Outras receitas operacionais		143.141,09
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			Contingências judiciais	(09)	215.016,95	<b>Despesas Operacionais</b>		<b>180.664.712,83</b>
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis</b>			<b>Não Circulante</b>		<b>5.124.236,07</b>	<b>Despesas com atividades assistenciais</b>		<b>180.664.712,83</b>
<b>Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015</b>			<b>Exigível de Longo Prazo</b>		<b>5.124.236,07</b>	Despesas com pessoal		153.198.882,68
<b>1. A Entidade: a. Reconhecimento de utilidade pública:</b> A Organização Social de Saúde Santa Marcelina RASTS São Miguel e Itaim Paulista, filial da Associação Filantrópica Casa de Saúde Santa Marcelina, entidade sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pelas autoridades federais, estaduais e municipais, e que tem por missão, em consonância com o carisma da Instituição, com a Declaração dos Direitos Humanos e da Constituição Brasileira, promover a dignidade da pessoa humana preservando-lhe e resgatando-lhe a saúde, oferecendo-lhe atendimento de boa qualidade. A O.S.S. Santa Marcelina tem por finalidade gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial das supervisões técnicas de saúde São Miguel e Itaim Paulista, mediante o cumprimento integral do contrato de gestão nº 10/2015 - SMS/NTCSS firmado com a Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura do Município de São Paulo assinado em 05 de agosto de 2015. <b>b. Áreas de atuação:</b> A Organização tem como objetivos básicos, sem visar lucro, atuar nas seguintes áreas: 1. Preventiva e comunitária; 2. Curativa; 3. De reabilitação; e 4. De ensino e pesquisa. <b>c. Da manutenção:</b> Os recursos financeiros necessários à execução do objeto do presente contrato de gestão poderão ser obtidos mediante transferências provenientes do Poder Público, doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social e outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da Organização. <b>d. Da organização:</b> A estrutura orgânica do hospital está composta por: 1. Diretoria Geral; 2. Pastoral da Saúde; 3. Serviços Médicos; 4. Serviços Técnicos; e 5. Serviços Administrativos. <b>2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:</b> As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em especial pela Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 - relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucro, e foram autorizadas para emissão em 10/02/2017. <b>2.2. Bases para elaboração das demonstrações contábeis:</b> As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir. <b>a. Contas de resultado:</b> O regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência; <b>b. Aplicações financeiras:</b> São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado; <b>c. Ativo circulante e não circulante:</b> Registrados pelo valor de realização acrescida dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável; <b>d. Passivo circulante e não circulante:</b> Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos; <b>e. Provisão de férias e encargos:</b> Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes; <b>f. Contribuição ao INSS e impostos:</b> Conforme legislação vigente, a Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade filantrópica e está isenta do pagamento da contribuição ao INSS (cota patronal) e imune aos tributos conforme prevê a Constituição Federal e o Regulamento do Imposto de Renda. <b>g. Uso de estimativa:</b> A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados. <b>3. Caixa e Equivalente de Caixa:</b> Estão representados substancialmente por saldos em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras assim distribuídas: <b>Descrição</b> <b>2016</b> <b>2015</b>								
<b>4. Execução do Contrato de Gestão (não auditado):</b> Foram executadas as atividades abaixo demonstradas: <b>Demonstrativo de Produção conforme Relatório de Execução do Contrato.</b>								
<b>Item</b> <b>2016</b> <b>2015</b>								
Consultas Médicas da área - ESF 385.828 81.260								
Consultas de Enfermagem - ESF 195.932 53.789								
Atendimento Individual de Odonto - ESF 83.354 19.389								
Procedimentos Individuais Equipe de Odonto - ESF 318.336 75.860								
Visitas Domiciliares Agentes de Saúde - ESF 1.245.388 335.801								
Atendimento Urgência Atenção Primária - AMA 270.437 86.828								
Total de Exames de Diagnósticos Realizados 32.739 10.012								
Total de Consultas do Serviço de UBS Mista 33.820 11.965								
<b>5. Contas a Receber</b>								
<b>Descrição</b> <b>2016</b> <b>2015</b>								
Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Paulo 29.228.440,81 13.683.609,80								
<b>Total</b> <b>29.228.440,81</b> <b>13.683.609,80</b>								
<b>6. Outros Créditos:</b> Os saldos em aberto estão assim representados: <b>Descrição</b> <b>2016</b> <b>2015</b>								
Adiantamentos a funcionários 1.429.461,33 1.226.519,85								
Adiantamento de saída de recursos 968,67 45,40								
Adiantamento de fornecedores 37.682,30 5.813,31								
<b>Total</b> <b>1.468.112,30</b> <b>1.232.378,56</b>								
<b>7. Realizável a Longo Prazo:</b> Em 31 de dezembro, os depósitos judiciais sobre as ações movidas pela entidade e os bloqueios de valores ordenados judicialmente são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas: <b>Descrição</b> <b>2016</b> <b>2015</b>								
PIS 4.661.597,05 5.671.704,83								
Ação cível a recuperar 94.319,12 94.319,12								
Processo Cível 8.017,49 -								
<b>Total</b> <b>4.763.933,66</b> <b>5.766.023,95</b>								
<b>Parecer do Conselho Econômico e Fiscal</b>								
A Diretoria, O Conselho Fiscal da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os itens II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Organização Social de Saúde Santa Marcelina RASTS São Miguel/Itaim Paulista referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e Proposta da Administração, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:</b> <i>Demonstrações do valor adicionado:</i> Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis básicas requeridas no parágrafo inicial, tomadas em conjunto. Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a qual esta sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. <b>Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:</b> A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. <b>Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo								
<b>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis</b>								
<b>À Diretoria da Organização Social de Saúde Santa Marcelina-RATS São Miguel e Itaim Paulista - São Paulo - SP. Opinião:</b> Examinamos as demonstrações contábeis da <b>Organização Social de Saúde Santa Marcelina - RATS São Miguel e Itaim Paulista</b> , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da <b>Organização Social de Saúde Santa Marcelina - RATS São Miguel e Itaim Paulista</b> em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para Opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida								
<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>								
<b>Descrição</b> <b>2016</b> <b>2015</b>								
Receitas Operacionais Brutas 186.782.916,09 61.312.029,70								
Com assistência médica hospitalar 185.186.692,67 60.415.400,22								
Com investimentos 1.453.082,33 501.000,00								
Com doações, verbas e outras 143.141,09 395.629,48								
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b> <b>26.539.256,05</b> <b>6.262.855,61</b>								
Materiais consumidos 3.302.221,05 545.376,21								
Serviço de terceiros e outros 23.236.035,00 5.717.479,40								
<b>Valor Adicionado Bruto</b> <b>160.243.660,04</b> <b>55.049.174,09</b>								
<b>Valor Adicionado Líquido</b> <b>160.243.660,04</b> <b>55.049.174,09</b>								
<b>Produzido Pela Entidade</b> <b>160.243.660,04</b> <b>55.049.174,09</b>								
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b> <b>1.815.172,21</b> <b>448.849,22</b>								
Receitas financeiras 1.815.172,21 448.849,22								
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b> <b>162.058.832,25</b> <b>55.498.023,31</b>								
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b> <b>162.058.832,25</b> <b>55.498.023,31</b>								
Pessoal e encargos 153.198.882,68 37.276.230,63								
Impostos, taxas e contribuições 54.623,22 -								
Juros e Aluguéis 873.713,12 218.787,14								
Superávit do exercício 7.931.613,23 18.003.005,54								
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis								
<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>								
<b>Atividades Operacionais</b>								
<b>Superávit líquido</b> <b>7.931.613,23</b> <b>18.003.005,54</b>								
<b>Ajustes para conciliar o resultado para fluxo de caixa</b> <b>(99.344,03)</b> <b>777.000,00</b>								
Provisão para contingências (99.344,03) 777.000,00								
<b>Variações no capital circulante</b> <b>(12.282.085,12)</b> <b>7.291.265,01</b>								
Contas a receber (15.544.831,01) (13.683.609,80)								
Outros créditos (235.733,74) (1.232.378,56)								
Despesas antecipadas (5.722,93) (13.368,03)								
Transferências 3.196,12 (3.196,12)								
Fornecedores 97.439,11 49.521,76								
Obrigações trabalhistas 1.568.707,37 5.358.709,04								
Encargos sociais (561.039,58) 7.299.153,80								
Encargos tributários 502.552,32 1.450.614,34								
Provisão de férias 1.062.417,00 12.919.618,53								
Verbas e Subvenções 70.839,59 -								
Outras contas a pagar 114.837,22 381.385,39								
Serviços de terceiros (356.836,88) 530.838,61								
Acréscimo (redução) no realizável a longo prazo 1.002.090,29 (5.766.023,95)								
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b> <b>(4.449.815,92)</b> <b>26.071.270,55</b>								
<b>Atividades de Financiamento</b>								
<b>Entradas</b> <b>(18.324.273,64)</b>								
Transferências Patrimoniais (18.324.273,64) -								
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b> <b>(18.324.273,64)</b>								
<b>Variação de caixa e equivalente de caixa</b> <b>(4.449.815,92)</b> <b>7.746.996,91</b>								
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 7.746.996,91 -								
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 3.297.180,99 7.746.996,91								
<b>Variação de caixa e equivalente de caixa</b> <b>(4.449.815,92)</b> <b>7.746.996,91</b>								
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis								
Descontos obtidos e juros ativos 4.275,62 -								
<b>Sub-total</b> <b>1.815.172,21</b> <b>448.849,22</b>								
<b>Total</b> <b>1.813.409,97</b> <b>447.807,28</b>								
<b>16. Compensações:</b> A Organização utiliza-se do Grupo Compensado em seus livros contábeis para registro do custo da isenção da quota patronal de Previdência Social usufruída e para outros controles de interesse da instituição. <b>Descrição</b> <b>2016</b> <b>2015</b>								
Isenção da cota patronal 34.953.762,74 10.168.717,19								
<b>Total</b> <b>34.953.762,74</b> <b>10.168.717,19</b>								
Os valores alocados neste grupo não compõem os Ativos e Passivos da Entidade. <b>17. Verbas e Subvenções:</b> Refere-se a recursos recebidos para custeio e investimento como segue: <b>Descrição</b> <b>2016</b> <b>2015</b>								
Verbas a aplicar 70.839,59 -								
<b>Total da conta-verbos e subvenções (passivo)</b> <b>70.839,59</b> <b>-</b>								
<b>18. Cobertura de Seguros:</b> Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. <b>Seguradora</b> <b>Modalidade</b> <b>Valores Segurados</b> <b>Vencimento</b>								
Porto Seguro Seguro predial 4.000.000,00 22/08/2017								
Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso e estão abrangidas pelo seguro todas as unidades que fazer parte do Contrato de Seguro.								
<b>Ir. Rosane Ghedin - Diretora Presidente</b>								
<b>Luis Roberto Teles - Contador CRC 1SP182786/O-8</b>								
Patrimonial e Econômica da Organização e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva, dos referidos documentos pela Assembléia geral deste Conselho. São Paulo, 31 de janeiro de 2017. Irmã Elzina Cássia Vasconcelos de Souza; Irmã Monique Marie Marthe Bourget; Irmã Marinéz Rosato.								

continuação

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela

administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 3 de março de 2017. **Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S** - CRC-2SP 15.753/O-0; **José Luiz de Faria** - Contador - CRC-1SP116.868/O-8.

# io | tecnologia

Soluções Imprensa Oficial em tecnologia da informação e comunicação



Aliamos nossa experiência desde 1891 na publicação da informação às mais modernas tecnologias, oferecendo serviços inteligentes para o setor público com a excelência e inovação de sempre.



Certificação Digital - Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo



Soluções em Documento Digital: GED (Gestão Eletrônica de Documentos), ECM (Enterprise Content Management) e BPM (Business Process Management)



Desenvolvimento de portais



Consulta gratuita ao Diário Oficial



e-negócios públicos



e-juntacomercial

[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO